

União Europeia: um fim ou um novo começo?

Ana Elisa Bekenn¹, Giovanna Fiorini², Luiza Aguiar³, Stella Miraglia⁴, Thais Loureiro⁵
e Thiago Mattos⁶

Resumo

Este artigo tem a intenção de apresentar e discutir o surgimento da atual crise financeira da União Europeia, assim como sua tentativa de converter esse cenário. Para isso, é analisado detalhadamente a relevância desta organização e o nível de interdependência entre os Estados-membros. Além disso, a ação de cada um dos principais atores envolvidos – como a Alemanha, a França, a Grécia e o Fundo Monetário Internacional – na tentativa de estabilizar a situação na região é estudada neste trabalho. O recorte temporal se limita ao tempo do dia 13 de junho de 2011 ao dia 26 de outubro do mesmo ano; período em que a crise se agravou significativamente.

Palavras-chave

União Europeia. Crise financeira. Grécia. Zona do euro.

Abstract

The intent of this research paper is to present and discuss the emergence of the current financial crisis in the European Union and how it has been trying to reverse this situation. It also seeks to approach in details the importance of this organization and the level of interdependence of its members, as well as the main actions taken and defended by its main participants such as Germany, France, Greece, IMF to stabilize the financial situation in Europe. The time frame on this paper goes from June 13th 2011 to October 26th of the same year, time period of the deepening of the financial crisis.

Keywords

European Union. Financial crisis. Greece. Euro zone.

¹ Ana Elisa Bekenn é aluna do curso de graduação em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio.

² Giovanna Fiorini é aluna do curso de graduação em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio.

³ Luiza Aguiar é aluna do curso de graduação em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio.

⁴ Stella Miraglia é aluna do curso de graduação em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio.

⁵ Thais Loureiro é aluna do curso de graduação em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio.

⁶ Thiago Mattos é aluno do curso de graduação em Relações Internacionais do IRI/PUC-Rio.

Introdução

A União Europeia como conhecemos hoje foi criada pelo Tratado de Maastrich em 1992. A instituição é composta por 27 países europeus e constitui uma parceria econômica e política entre eles. Ela estipulou a livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e serviços, além de instituir o euro como moeda única (UNIÃO EUROPEIA, 2011).

A formação de uma crise financeira na zona do euro pode ser entendida basicamente a partir de problemas fiscais. Alguns países, como a Grécia que apresenta a pior situação econômica do bloco, contraíram dívidas muito altas ao tentarem recuperar suas economias quando o montante arrecadado por meio dos impostos passou a ser insuficiente para cobrir os gastos do governo. Com a crise mundial de 2008, os problemas financeiros de vários países foram agravados, inclusive os dos membros da União Europeia. Dessa forma, os governos, na tentativa de diminuir os impactos da crise, ajudaram os setores mais críticos da economia com pacotes bilionários, os quais deveriam evitar que houvesse um aumento do desemprego e atenuariam as turbulências causadas no setor financeiro (VEJA.com, 2011).

Na Europa, essa iniciativa agravou os déficits nacionais, os quais já eram bastante elevados. Os países mais afetados são conhecidos como “PIIGS” (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) e apresentam maior dificuldade em honrar suas dívidas. Os países PIIGS, além de apresentarem elevadas relações dívida/PIB, possuem também pesados déficits orçamentários ante o tamanho de suas economias. Além de que, por não possuírem superávit, são vistos com maior cautela pelos investidores (VEJA.com, 2011).

A crise que rege a situação atual da União Europeia se apresenta de forma mais conturbada que a dos Estados Unidos, a qual foi contornada por meio de uma regulação da política fiscal do país. Tendo em vista que a União Europeia não se apresenta como um Estado, os mecanismos austeros a serem tomados precisam ser levados em consideração por todos os Estados dessa organização e, principalmente, pelos membros da zona do euro. Considerando a disparidade dos governos dos Estados-membros, raramente acordos consensuais são criados (VEJA.com, 2011).

Sendo assim, a desconfiança para com a União Europeia tende a aumentar de forma significativa: os bancos passam a agir com extrema cautela e os investidores vendem suas ações e títulos europeus, gerando uma fuga de capitais da região. Haja

vista que alguns países-membros têm contas controladas e não podem lidar com a má valorização do euro, a opção para driblar essas condições é por meio da imposição de sacrifícios à população: corte de salários e congelamento de benefícios sociais, por exemplo. Essas medidas implicam em um menor montante na economia, ou seja, a zona do euro que precisa crescer e aumentar sua arrecadação para diminuir seu endividamento, passa a tender à estagnação ou, até mesmo, à recessão. Tal fato prejudica esforços de ajustes fiscais, implicando em medidas de recessão mais severas, gerando um ciclo vicioso (VEJA.com, 2011).

A partir dessas informações, o objetivo do artigo é analisar as saídas conjuntas desenvolvidas pelos Estados-Membros da União Europeia como forma de responder e tentar solucionar a crise econômica e financeira que assola alguns dos países do bloco.

O tema é relevante para as Relações Internacionais, pois demonstra a fragilidade econômica de países ditos desenvolvidos, e que até então ditavam as regras e forneciam ajuda no cenário mundial. Além disso, o momento pelo qual a União Europeia está passando pode significar uma perda de credibilidade para as organizações internacionais.

O marco teórico a ser utilizado é o institucionalismo neoliberal, especialmente o de Keohane (2005) e o de Keohane e Axelrod (1985). Segundo eles, o papel das instituições internacionais e dos regimes é de corrigir as falhas de mercado, ou seja, os custos de transação e as informações incompletas, que geram incertezas e desconfiança. Essas falhas de mercado diminuem a possibilidade de cooperação, porém os regimes e as instituições internacionais mitigam os efeitos da anarquia do sistema, fazendo com que os benefícios mútuos da cooperação superem os custos.

Para Keohane e Axelrod (1985) as instituições funcionam como variável interveniente, pois alteram os *pay offs* dos jogadores e dessa maneira o seu curso de ação. Os regimes criam padrões e regras de comportamento, estabilizam expectativas, alteram o padrão de custo das transações, fornecem mais informações. Com isso a reciprocidade torna-se possível, há uma redefinição das características do ambiente e aumenta-se o incentivo para cooperar.

Além disso, os regimes permitem aumentar o controle sobre os Estados. Logo, as instituições são constrangimentos artificiais que modificam as interações dos atores e fazem com que a cooperação seja possível. Elas permitem, ainda, que haja convergência de interesses por parte dos *players*. Enquanto que em um ambiente sem regime os interesses são os mais conflitantes e diferentes possíveis, no mundo institucionalizado

existem interesses comuns a partir dos quais se torna possível pensar de forma cooperativa. Os regimes possibilitam que os Estados pensem primeiro no bem coletivo ante o individual. Muitas vezes ocorre um *spill over* de um regime para outro e, com isso, uma cooperação que foi pensada visando um tema específico passa a abordar uma agenda muito maior. Isso é ainda mais benéfico, pois o *link issue* entre os diferentes regimes ajuda a manter os países dentro das instituições e a obedecerem suas regras (KEOHANE; AXELROD, 1985; KEOHANE, 2005).

Buscamos responder a seguinte pergunta: porquê os membros da União Europeia buscaram desenvolver saídas conjuntas para a crise financeira de 2008? Nosso argumento central gira em torno da ideia de que apesar das diferenças econômicas, sociais e culturais entre os países membros do bloco, a União Europeia tenderá a agir de forma conjunta para responder às dificuldades associadas à crise financeira e econômica. A institucionalização do continente permitiu que a paz, a estabilidade e o desenvolvimento reinassem. E, apesar dos interesses distintos dos países membros, a instituição esta permite que haja uma maior probabilidade de resolução conjunta para os problemas da crise em face de todas as vantagens que ela oferece. Sendo assim, é mais provável que todos eles se disponham a pensar acima das diferenças e busquem agir de forma coordenada.

A União Europeia cria uma série de regras e padrões de comportamento para seus membros, permitindo que estes confiem mais uns nos outros e também estabilizando expectativas. Ela funciona como uma variável interveniente, alterando o curso de ação dos países membros, pois ao alterar os *pay offs* esta permite que os Estados possam pensar e defender um interesse comum, que no caso atual é uma resposta eficiente à crise. Os países possuem situações econômicas distintas e apesar de alguns não estarem passando por dificuldades, uma resposta satisfatória envolve a participação de todos os membros da zona do euro. Mesmo com muitas diferenças entre eles, salvar a União Europeia encontra-se acima dos interesses individuais de cada um, já que o bloco trouxe muitas vantagens para todos os Estados-membros, promovendo tanto desenvolvimento social e econômico, quanto paz e prosperidade. Por isso, embora o momento atual seja de grande desconfiança, os membros da U.E vão procurar realizar pacotes de salvação e medidas que tirem os países em dificuldade da crise em que estão se afundando, pois a manutenção da união mostra-se essencial para a Europa. Embora seja preciso ressaltar que em alguns momentos os países possam vir a preferir apoiar mecanismos unilaterais.

Pretendemos então corroborar a seguinte hipótese: a União Europeia criou uma imensa interdependência entre os países membros, sendo assim, os custos de não cooperar são muito altos e a crise dentro desse contexto de grande ligação torna-se ainda mais intensa. E apesar dos interesses distintos dos países membros esta permite que haja uma maior probabilidade de que todos os Estados se disponham a pensar acima de suas diferenças a fim de buscar uma ação conjunta e coordenada, haja vista os benefícios provenientes da instituição como, por exemplo, a troca de informações, existência de mecanismos de solução de disputas e maior transparência.

O método a ser utilizado é o qualitativo, mais especificamente o estudo de caso por meio do procedimento de rastreamento de processo, que consiste em mapear o caminho entre as variáveis, ou seja, analisar o que ocorreu entre a independente e a dependente (BENNETT, 2004). A ênfase será dada aos países que estão sofrendo mais com a crise, ao grupo PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia, Espanha), mas especialmente à Grécia. Também analisaremos as posições e medidas propostas pelos países do bloco para resolver os problemas de forma conjunta. O período analisado vai de 13 de junho de 2011, quando houve o agravamento da crise grega, até 26 de outubro de 2011, data em que o pacote com o perdão de 50% da dívida da Grécia foi aprovado. A variável dependente é o desenvolvimento pela U.E. de saídas conjuntas para a crise e a variável independente é o nível de interdependência entre os países membros da instituição, que gera um aumento dos interesses comuns. As principais fontes utilizadas foram artigos acadêmicos e principalmente periódicos internacionais, onde tivemos como objetivo buscar informações sobre as decisões tomadas pelos líderes dos países europeus como forma de responder à crise e aos problemas financeiros.

Alguns autores, como Nouriel Roubini (2011), acreditam que a rigidez imposta à Grécia como condição para conseguir empréstimos do FMI e da União Europeia seria desnecessária. Segundo Roubini, o país deveria abandonar voluntariamente a zona do euro e voltar a adotar o dracma, sua antiga moeda, pois assim evitaria uma contaminação do restante do bloco e um colapso geral (ROUBINI, 2011). Acreditamos que essa não seja uma opção viável. Sair da União Europeia é tão complicado quanto entrar e envolve uma série de regras a serem cumpridas. Caso isso ocorra, seria extremamente nocivo para a comunidade como um todo, pois o risco de um contágio para os outros membros com dificuldades financeiras é real. Além disso, uma saída grega significaria uma imensa perda de credibilidade para o bloco de maneira geral.

Ângela Merkel, chanceler alemã, também acredita que o abandono do euro por parte dos gregos implicaria em um *default*, espécie de calote, e outros países membros, também endividados, tenderiam a sair. A primeira-ministra acredita que a queda do euro seria a queda da Europa mostrando, como afirmamos anteriormente, que caso algum deles abandone a instituição seria prejudicial a todo o continente (EXAME EXPRESSOa, 2011).

Ainda, em outro artigo, publicado em 2011, Roubini analisa que o pacote de resgate à Grécia, aprovado em outubro desse mesmo ano, visa, primeiramente, evitar que este país se desassocie da União Europeia. Afirma que se as medidas desse pacote fossem colocadas em prática, o bloco poderia se deparar com um cenário perturbador: a ineficácia desse plano de resgate. Uma vez aplicado, três consequências diferentes poderiam ser esperadas: primeiramente, a saída da Grécia seria evitada com sucesso, o euro seria desvalorizado e a zona do euro conseguiria recuperar sua competitividade no cenário internacional. Em um segundo plano, tanto o EFSF (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira) conseguiria manter-se com um nível de *rating* AAA (capacidade extremamente forte para honrar compromissos financeiros) como a Grécia continuaria na União Europeia por algum tempo. Entretanto, a U.E. não conseguiria recuperar sua competitividade no cenário internacional. Dessa forma, a Grécia serviria como um exemplo para os outros países: de como se executa o processo de saída da comunidade. No último cenário, de menor probabilidade de ocorrência, o pacote seria capaz de recuperar a situação da União Europeia. Roubini (2011) afirma que o cenário mais provável seria o de resgate da Grécia por um período de tempo curto e o EFSF seria logo rebaixado.

Segundo a crença de Roubini (2011), em no mínimo um ano a Grécia abandonaria a União Europeia. Entretanto, acreditamos que uma saída por parte da Grécia não seria a melhor opção para sua economia e para os Estados membros. Reiteramos a ideia de que esse cenário altamente prejudicial é também improvável, pois os custos de arcar com uma reestruturação de sua antiga moeda (dracma) em uma economia decadente e também com a dificuldade de se desmembrar de uma instituição tão profunda, com altos níveis de interdependência, são extremamente elevados e, provavelmente, mais altos que os custos de sua permanência como Estado membro da União Europeia (ROUBINI, 2011).

O artigo será dividido da seguinte forma: primeiramente procuraremos explicar o surgimento da União Europeia e sua consolidação, a sua política econômica e monetária

como forma de facilitar o entendimento dos efeitos da crise e também das ações tomadas pelos países membros. Em seguida, apresentaremos a crise e os custos do comportamento individual dos países do bloco e por último abordaremos o desenvolvimento de saídas conjuntas pelos Estados como resposta aos problemas econômicos. Concluiremos com um resumo das principais ideias e a refutação ou confirmação da hipótese.

A União Europeia

A Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA), que serviu de embrião para a atual União Europeia, foi criada no pós-Segunda Guerra Mundial, especificamente em 1951 pelo Tratado de Paris, com o intuito de incentivar uma cooperação entre os países e com isso evitar que estes se lançassem em uma terceira guerra mundial ou em qualquer novo conflito bélico, depois de séculos de banhos contínuos de sangue no continente. À CECA juntaram-se duas comunidades semelhantes em 1957, com os quais foi feita a partilha de algumas instituições. Em 1967 todas as instituições foram reunidas na Comunidade Econômica Europeia, que mais tarde se tornaria a União Europeia. Atualmente, como já foi dito, a U.E. é uma parceria econômica e política única entre 27 países europeus. A instituição já dura meio século e durante esse tempo garantiu a estabilidade, a prosperidade e ajudou a melhorar os níveis de vida das populações. Também criou o euro como moeda única e um mercado sem fronteiras, onde pessoas, mercadorias, capitais e serviços circulam livremente (UNIÃO EUROPEIA, 2011).

O sucesso da instituição foi tamanho que a cooperação que começou como uma parceria puramente econômica converteu-se em uma organização ativa em inúmeras outras áreas. Ou seja, houve um *spill over* de uma cooperação que surgiu, primeiramente, com objetivos e interesses econômicos para uma área específica; produção e venda de matérias primas dentro do contexto da CECA, que abrangia apenas seis membros – Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda – para uma série de outros assuntos de muitos outros países (VEJA.com, 2011). Essa ampla gama de novos assuntos inclui a promoção dos direitos humanos, o desenvolvimento de planos para controlar as mudanças climáticas e a proteção da diplomacia, entre outros.

A União Europeia foi responsável por acabar com a desconfiança e a incerteza que havia entre os países, especialmente França e Alemanha e com isso pôs fim às

rivalidades existentes há séculos. Ao aumentar o nível de informação entre eles e diminuir os custos de transação, esta permitiu que os europeus se descobrissem como grandes parceiros e passassem a enxergar seus interesses comuns, principalmente o de ganhar competitividade e vantagens no comércio mundial ao agir como bloco. Ela também foi responsável por criar regras e padrões de comportamento o que facilitou a cooperação entre seus membros. Tal cooperação foi ainda mais demarcada em 2004, quando as barreiras políticas da Europa Ocidental e a da Europa Oriental foram drasticamente diminuídas com a adesão dos últimos 10 Estados-membros (UNIÃO EUROPEIA, 2011).

Visto a necessidade de uma cooperação econômica e monetária mais estreita para se alcançar um maior desenvolvimento do mercado interno, a União Europeia foi criada em 1992 com a assinatura do Tratado de Maastrich. Esse tratado estabeleceu as normas para a introdução da moeda única, os objetivos da União Econômica e Monetária (UEM) e as responsabilidades de cada protagonista, além das condições que os países devem alcançar para adotar o euro. Estas condições incluem: estabilidade de preços, um baixo nível de inflação, a estabilidade das taxas de câmbio e a solidez das finanças públicas.

Do ponto de vista prático, uma União Econômica e Monetária significa um passo importantíssimo no processo de integração e consiste basicamente em coordenar as políticas econômicas dos Estados-membros e as políticas orçamentais, determinando limites máximos para a dívida e os déficits públicos. Além disso, estabeleceu-se uma política monetária independente aplicada pelo Banco Central Europeu (BCE) e ainda a moeda única, criando a zona do euro. Isso permite que haja um maior controle das ações dos Estados-membros, o que gera um ambiente de maior confiabilidade, pois a UEM cria mecanismos que estabilizam expectativas e facilitam a cooperação.

Embora os 27 países participem da união econômica, nem todos aderiram ao euro, que é atualmente a moeda de 17 Estados-Membros da União Europeia – cerca de 330 milhões de cidadãos da U.E. o utilizam, equivalendo a aproximadamente 60% da população do continente. A Dinamarca e o Reino Unido optaram por não adotar a moeda e alguns outros países, que aderiram ao bloco tardiamente, ainda não possuem as condições necessárias para trocar suas moedas nacionais pelo euro. Este foi introduzido primeiramente no dia 1 de janeiro de 1999, para 11 países membros e ao longo dos anos seguintes foi sendo incorporado por outros países do bloco. A coordenação entre os bancos centrais dos países e o banco central europeu é denominada “Eurosistema”. Uma

moeda única oferece muitas vantagens em relação à situação anterior, em que cada Estado-membro tinha a sua própria moeda. Ela proporciona novas oportunidades decorrentes da integração e da dimensão da economia, o que torna o mercado único mais eficiente (COMISSÃO EUROPEIA, 2011; UNIÃO EUROPEIA, 2011).

A Criação do Euro

Com a criação do euro, desaparecem os riscos de flutuação e as despesas de câmbio e não só se reforça o mercado único, como é também a cooperação entre Estados membros, tendo em vista assegurar a estabilidade da moeda e da economia, em benefício de todos. Com o euro, há maior possibilidade de escolhas e preços para os cidadãos, maior oportunidade para as empresas, maior estabilidade e crescimento econômico. Este ainda permite a formação de mercados financeiros mais integrados. Além disso, o euro é um símbolo concreto da identidade europeia e ele deu maior peso à União Europeia na economia mundial, tornando-se uma moeda recorrentemente usada em trocas comerciais e mais valorizada que o dólar. Dentro de um continente que durante séculos viveu uma série de guerras, a institucionalização da região vem permitindo uma paz que já dura 50 anos e o euro contribuiu imensamente para isso. A existência de uma moeda única é um passo ainda mais profundo na integração continental e permite que os Estados estabilizem expectativas em relação ao comportamento dos outros e até mesmo troquem um volume maior de informações (COMISSÃO EUROPEIA, 2011; UNIÃO EUROPEIA, 2011).

O Banco Central Europeu (BCE) é responsável por definir a política monetária, com o objetivo de garantir a estabilidade dos preços, mantendo a inflação sob controle. Deve velar pela estabilidade do sistema financeiro, assegurando uma supervisão adequada dos mercados e instituições financeiras. Também é ele quem gere o euro. Trabalha em conjunto com os 27 bancos centrais dos países membros, formando o SEBC – Sistema Europeu de Bancos Centrais (COMISSÃO EUROPEIA, 2011; UNIÃO EUROPEIA, 2011).

A crise na União Europeia

Após a crise financeira que estourou em 2008, houve uma contenção mundial de crédito e muitos países europeus se viram diante de uma série de desafios associados à

insustentabilidade de suas dívidas. Diante de um quadro de crise em alguns deles e do medo de uma contaminação no restante do bloco – e assim um possível enfraquecimento do euro e das economias do continente – em decisão tomada no dia 9 de maio de 2010 os países da zona do euro criaram o *The European Financial Stability Facility* – *EFSF* (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira). O objetivo do fundo é garantir assistência financeira aos países membros que utilizam a moeda única, garantindo assim uma estabilidade na Europa. Para isso, este deve fornecer empréstimos aos países com dificuldades financeiras, intervir nos mercados de dívida primária e secundária, atuar com programas de precaução e ainda financiar a recapitalização de instituições financeiras por meio de empréstimos para governos. Ele é apoiado por compromissos de garantia por parte dos Estados membros da zona do euro, de uma quantia total de €780 bilhões e com uma capacidade inicial de €440 bilhões para empréstimos. Sua criação demonstra como a União Europeia procura atuar de forma conjunta para solucionar os problemas do bloco. Essa medida é uma tentativa de juntar os diferentes países, que possuem situações econômicas bem distintas, em uma resposta conjunta às dificuldades financeiras. A União Europeia está funcionando como variável interveniente, permitindo uma convergência de interesses entre os diferentes membros: solucionar a crise da melhor maneira possível (FUNDO EUROPEU DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, 2011).

Em 2008, o mundo passou pela sua mais grave crise financeira e econômica desde o *crash* da bolsa de Nova York de 1929. O momento de maior tensão foi em setembro e outubro do mesmo ano com o colapso do *Leham Brothers*, o quarto maior banco de investimento dos Estados Unidos, e a injeção de \$182 bilhões para evitar um colapso da economia mundial (THE ECONOMIC TIMES, 2011). Os países europeus não ficaram imunes à crise. Com a adoção do euro como moeda única, houve a diminuição das taxas de juros o que aumentou a oferta de crédito de maneira significativa, fazendo com que muitos países do bloco gastassem mais do que arrecadavam, contraindo um déficit orçamentário. A situação de muitos membros da União Europeia foi agravada pela crise que assolou os Estados Unidos e repercutiu fortemente em todo o mundo (BBC vídeo, 2011).

Como podemos perceber, quando o euro foi lançado em 1999, seu objetivo era diminuir os custos de transações, incentivar o turismo e agilizar a economia europeia. Porém, países como Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Grécia foram imprudentes com suas finanças, assim suas dívidas ultrapassaram o PIB, tornando-se cada vez maiores

com o passar dos anos. Com dívidas tão altas, tais economias perderam credibilidade diante dos credores internacionais. Essa situação gera um aumento na taxa de juros dos empréstimos o que diminui a oferta de crédito no mercado. Assim, empréstimos de emergência foram realizados para Irlanda (85 bilhões - novembro 2010), Portugal (78 bilhões - maio 2011) e Grécia. Dentre estes membros da zona do euro, a Grécia foi o país mais afetado e que, por conseguinte, apresentava as dívidas públicas mais altas da comunidade europeia. Em 2010 a dívida foi cotada a 340 bilhões, o que equivale à média de 31 mil por habitante, tendo sido o salário médio grego em 2008 de 25 mil, o que demonstra o quão grave é a situação do país (BBC vídeo, 2011).

O primeiro pacote de resgate à Grécia foi aprovado em maio de 2010, pois como tal país possuía grandes dívidas não conseguia empréstimos internacionais e logo precisou recorrer à U.E. e ao FMI. Porém, este primeiro pacote não foi suficiente, sendo necessária a realização de um segundo para resgate, o qual deveria permitir que o governo grego saneasse sua economia, diminuindo seus custos e permitindo obtenção de capital por meio do mercado. Entretanto, como a economia grega, juntamente com suas ações, títulos públicos e privados, perdeu credibilidade no cenário internacional, no dia 13 de junho de 2011, a agência de classificação de risco, *Standard & Poor's*, cortou o *rating* de longo prazo da Grécia para "CCC" (DECLOEDT, 2011). Essa classificação mostra que o país é "vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios, financeiras e econômicas para honrar seus compromissos financeiros" (DECLOEDT, 2011). Diante de tal colocação, para que o pacote aprovado fosse realmente efetivado, seria necessário que a Grécia conseguisse realizar medidas austeras significativas (GLOBO NEWS, 2011).

Face uma situação tão alarmante, a saída da Grécia ou de qualquer um dos outros PIIGS da União Europeia passou a ser considerada como opção. Diversos analistas e estudiosos afirmam crer que a melhor opção para a Grécia seria o abandono do bloco. Entretanto, as consequências de sua saída gerariam custos muito elevados, tendo em vista que não existem provisões para retirada de um país da instituição, sendo necessário um ajuste nos termos do Tratado de Maastricht, o que exigiria tempo e sorte para tal atitude complexa. Além disso, negociar uma saída implicaria em uma reestruturação de toda a União Europeia, levando à realização de possíveis ajustes em tratados já estabelecidos e exigindo referendos dos Estados membros (PESTON, 2011).

A Grécia e a crise

Uma vez que a Grécia afirmasse sua saída da zona do euro, esta seria automaticamente desligada da União Europeia. Com isso a economia grega abandonaria a moeda única e, dessa maneira, a instituição iria tornar excessivamente mais alta as tarifas de exportações para o bloco. Além disso, o país perderia o direito à estrutura de fundos paga aos países que se encontram abaixo da média de desenvolvimento econômico da instituição. Assim, a Grécia não ganharia mais dinheiro do que já ganhou nesse período por meio dos fundos nos próximos sete anos (CHIBBER, 2011).

Se o país abandonasse a zona do euro geraria um desincentivo para o pagamento das dívidas públicas e uma desvalorização do preço dos ativos que poderiam resultar na emersão de influxos de capital estrangeiro para resgatar esses ativos. Porém, a Grécia não conseguiria se recuperar da fuga de capitais que provavelmente ocorreria (CHIBBER, 2011). Ainda se o país retomasse a sua antiga moeda e pretendesse simplesmente imprimir dinheiro para o pagamento da dívida externa, não haveria dúvidas que essa medida não seria viável. A nova moeda geraria uma situação de desvalorização e grande inflação (CHIBBER, 2011).

Logo, os riscos seriam depreciação, inflação e colapso bancário. Se os gregos não utilizarem mais o euro, o sistema bancário praticamente congelaria e entraria em colapso, isso porque a população não arriscaria fazer o câmbio do antigo euro que possuía para o dracma, com medo de uma forte depreciação da moeda (CHIBBER, 2011).

Além de todas as consequências internas e negativas que afetariam o país, o relacionamento do governo grego com os países fortes do bloco, principalmente a Alemanha, seria prejudicado tendo em vista que estes já investiram financeiramente para que o país se reestruturasse, buscando de forma clara um retorno financeiro no futuro, o qual a Grécia não deveria ou poderia desconsiderar. Devemos considerar que a Alemanha e a França são os maiores credores da dívida grega e logo os países que mais sairiam prejudicados caso essa falisse (MY FDL, 2011).

Ainda, com a desistência por parte do Estado grego, os outros países PIIGS também seriam incentivados a abandonar a instituição europeia. Nesse caso, a União receberia um forte calote e tentaria conter o abandono dos outros países PIIGS. De acordo com estudos, a tentativa de enfrentar esses múltiplos desfalques acabaria acarretando em um cenário econômico europeu muito similar ao norte-americano

durante a crise de 2008. Assim como nos Estados Unidos, os bancos europeus entrariam em colapso, prejudicando a estabilidade da União. Dessa forma, a instituição poderia tentar converter tamanha turbulência, todavia a União Europeia se desintegraria, pois o nível de interdependência que rege seus estados membros é muito elevado, logo, o custo de arcar com essa turbulência poderia ser fatal (ROUBINI, 2011).

Considerando viável sua saída da União Europeia, o cenário após esse fato não seria muito promissor. A partir do momento que a Grécia deixasse o bloco, esta não seria capaz de competir no mercado internacional, tendo em vista que suas exportações ainda estariam cotadas no preço do euro. Como a força do euro baseia-se nas duas economias mais fortes do bloco, França e Alemanha, este continuaria valorizado no mercado. Dessa forma, para tentar converter o cenário decadente de sua economia, a Grécia deveria adotar não apenas a sua antiga moeda, mas sim um dracma atualizado. Ou seja, todos os preços, tarifas, novos contratos e afins deveriam ser reescritos, levando em consideração o potencial econômico do euro. Ainda, como consequência do abandono do euro, toda a população seria incentivada a retirar seus montantes do país.

Além disso, o novo dracma não seria rapidamente valorizado, já que esta nova moeda refletiria a atual situação econômica da Grécia e, a dívida que atualmente assombra a economia grega ainda seria existente e contabilizada em euros. Logo, como o dracma seria uma moeda desvalorizada, o pagamento das contas seria ainda mais doloroso. Em face de tamanha problemática, a probabilidade dos bancos gregos entrarem em colapso seria muito alta e, assim, o pior cenário se tornaria uma realidade: a contaminação das outras economias mais fracas da União Europeia seria inevitável.

Tal fato ocorreria, pois os bancos membros da União enfrentariam uma forte pressão por terem perdoado a enorme dívida grega; ainda, um forte sentimento de desconfiança assombraria o que restou de estabilidade dentro de tal instituição tendo em vista que os outros países PIIGS seriam instigados a pagar suas dívidas em um curto período de tempo. Assim, ocorreria um colapso dos maiores bancos europeus, uma provável recessão e, no pior dos cenários, uma total esclerose do euro. Dessa forma, torna-se visível que um abandono por parte da Grécia não se apresenta como uma opção, pois, como o nível de interdependência entre os Estados membros é muitíssimo elevado, os efeitos colaterais dessa decisão seriam cataclísmicos (THE MOTLEY FOOL, 2011).

Se a Grécia saísse do bloco seria uma catástrofe de proporções épicas (EXAME EXPRESSOb, 2011). Pois, caso isso ocorresse, ela estaria puxando o gatilho para o

efeito dominó levando países como Irlanda, Portugal e membros fracos a romper com o bloco. A dívida grega está claramente insustentável há dois anos e o país foi financeiramente ajudado diversas vezes nesse período. Caso a Grécia abandonasse a União Europeia ela criaria mais problemas que soluções (FORBES, 2011). É preciso resolver todas as dificuldades causadas pelas políticas mal administradas que os países implementaram no passado e graças a isso, enfrentam os problemas de hoje. O mercado financeiro considera que ainda há problemas na aplicação e execução de planos econômicos na Grécia e na Itália. A Europa deve aumentar a pressão sobre as atitudes dos seus membros com o objetivo de fazê-los cumprirem os planos que eles próprios estabeleceram para garantir o futuro dos países e do bloco como um todo (ROMPUY, 2011).

O forte posicionamento dos chefes de Estado é completamente relevante para que a opinião da população não só europeia, como internacional, não seja convencida de que não há mais solução para a crise e assim, para todo o bloco europeu. Porém, muitos analistas consideram que a ruptura é a melhor possibilidade. Com a saída grega o cenário mais provável é de contaminação dos outros países em dificuldades, com o abandono de Portugal logo depois e a possibilidade de até mesmo Espanha e Itália saírem do bloco. Caso esses dois países deixem a zona do euro, esta dificilmente continuará existindo. Esse efeito dominó é algo que não só pode como deve ser evitado através da manutenção dos países do bloco com a transparência e as formas de cooperação que a instituição fornece. Esses aspectos são impossíveis de serem adquiridos por um país sozinho e economicamente fraco (ROUBINI, 2011).

Ou seja, a decisão de abandono da zona do euro seria claramente prejudicial para o sistema de cooperação do bloco que, depois de quase meio século funcionando de forma positiva, pode vir a ser a solução para a crise, e não o contrário. Os países devem se manter no bloco, nas relações internas, pois elas incentivam um melhor crescimento econômico e soluções que satisfazem a longo prazo o interesse de todos. Se a Grécia não sair e continuar cooperando dentro do bloco, ela vai se reestruturar por meio de ajuda financeira dos países mais fortes que depois receberão esse investimento de volta.

A Grécia já não pode decidir sozinha o que pretende ou não fazer de sua economia. As ações gregas influenciam diretamente os outros países (EXAME EXPRESSOb, 2011). Sendo assim, os membros da zona do euro vêm procurando desenvolver uma série de medidas e saídas conjuntas. Desde o agravamento da crise, uma série de encontros vêm ocorrendo, com novas soluções sendo propostas e

buscadas. Os líderes dos dois países mais fortes do bloco, Nicholas Sarkozy e Ângela Merkel, vêm defendendo o fortalecimento da União Europeia e o interesse comum de fazer frente aos problemas financeiros de forma coordenada. Para evitar uma futura “derrocada” do euro e com o intuito de fortalecer a instituição, medidas estão sendo tomadas. De início dois pacotes de ajuda foram aprovados com o objetivo de ajudar na reorganização das contas dos países mais endividados, ao mesmo tempo em que pretendia ajudar a restabelecer a confiança dos investidores na Europa (VEJA.com, 2011).

A interdependência europeia

A interdependência existente entre os países membros cria uma situação em que as preocupações de um Estado passam a ser preocupações de todos. As responsabilidades não param mais nas fronteiras de cada país. Agora todos são parte da política interna europeia, e por isso, devem cooperar. Para que os europeus sejam ouvidos mundialmente e tenham força é essencial que se mantenham unidos, para assim poderem defender sua moeda (EXAME EXPRESSOc, 2011). A Alemanha, junto com a França, foi o país que desde o início se mostrou disposto a fazer de tudo pelo bloco. A percepção dos seus líderes é de que para a Alemanha estar bem a Europa também deve estar, sendo assim, ela quer uma União Europeia forte com 27 países e uma zona do euro igualmente forte com 17 países (EXAME EXPRESSOd, 2011). Para isso estaria disposta a ajudar os parceiros europeus em dificuldades financeiras.

O primeiro dos pacotes está direcionado exclusivamente à Grécia. Este juntou 110 bilhões de euros que foram arrecadados pelo Fundo Monetário Internacional e pelos governos dos países da zona do euro. Esse dinheiro deve ser liberado de forma progressiva nos próximos três anos ajudando a reerguer a economia local. Já o segundo seria usado para uma situação de crise na União Europeia e qualquer país da região teria o direito de recorrer a ele caso necessitasse. Para isso, a maior parte do dinheiro, cerca de 500 bilhões de euros, virá dos países europeus e outros 250 bilhões de euros do FMI, totalizando um fundo emergencial de 750 bilhões de euros (VEJA.com, 2011).

A União Europeia criou um novo contexto de relação entre os países, em que há uma grande interdependência entre eles. Dessa forma, os custos de não cooperar tornam-se extremamente altos e é necessário que os países se ajudem. Sendo assim, a situação de crise na zona do euro depende da resposta que os países darão a ela, porque

a sobrevivência dos 27 países membros exige da Europa a construção de uma nova união. É essencial que o continente esteja preparado para responder aos novos desafios e para isso é preciso mais e não menos Europa (EXAME EXPRESSO, 2011). Isso demonstra claramente a percepção da maioria dos líderes europeus, de que a interdependência existente entre os membros do bloco cria uma situação em que uma resposta eficiente aos problemas econômicos passa necessariamente pela participação e empenho de todos os países. Em um contexto de ampla ligação e dependência entre os membros não cooperar é muito mais custoso, nesse caso pode até mesmo significar o fim da União Europeia e uma recessão no continente. Dessa maneira, percebe-se que ações conjuntas buscando resolver a crise são mais benéficas para todos (PÚBLICO, 2011).

Respostas de Merkel e Sarkozy

Ainda buscando soluções para os problemas da crise, no dia 16 de Agosto em uma reunião no Palácio do Eliseu em Paris, o presidente francês Nicholas Sarkozy e a chanceler alemã Ângela Merkel deram novos sinais de avanço. Do encontro surgiu a ideia da possível criação de uma estrutura que seria composta pelo conselho de chefes de Estado e de governo, que se reuniria, caso necessário, duas vezes por ano e que teria um presidente por dois anos e meio. Tanto a França quanto a Alemanha acordaram nesse ponto, pois uma estrutura como essa fortaleceria ainda mais o poder da instituição, mantendo-a mais unida. Além disso, sugeriu-se a criação de uma taxa sobre transações financeiras. O que vincula a ideia de que a partir de agora seria “tolerância zero” para os países em descontrole fiscal. Assim, aqueles países que tiverem déficit excessivo deixam de ter acesso ao dinheiro público. Os dirigentes das duas maiores economias da zona euro querem uma maior integração econômica na Europa e vêm se empenhando para fortalecer a confiança dos investidores. Ambos declaram-se dispostos a fazerem o possível para manterem o euro e a união monetária forte. A ação destes líderes mostra o interesse dos países em buscar saídas conjuntas para fortalecer a instituição (MERKEL, 2011; SARKOZY, 2011; EURONEWS, 2011a).

A União Europeia está lutando para encontrar uma resposta para a crise financeira e este é o principal compromisso assumido pelos líderes das maiores economias da zona euro. A crise provocou muito sofrimento para os países europeus e o restante do mundo

de maneira geral e por isso deve-se dar uma resposta duradoura, global e eficiente a ela (EURONEWS, 2011b).

Como as declarações demonstram, Merkel e Sarkozy indicam a possibilidade de reforço da cooperação a fim de fazer frente a problemas comuns. Isso, contudo, não necessariamente significa que muitas das declarações tenham se materializado em ações políticas, isso ocorre em face da oposição de grupos domésticos e dos obstáculos inseridos por outros países membros do bloco às iniciativas mais robustas que limitam sua autonomia.

Porém, a maior resposta foi dada no dia 26 de outubro quando os líderes europeus anunciaram uma medida conjunta feita por eles para poderem tentar resolver a crise da dívida pública que assola vários países do continente. É um plano que exige um esforço ambicioso dos países, feito não só para tentar resolver a crise da dívida pública da Grécia, mas também servir como solução aos problemas econômicos de Itália e Espanha (EURONEWS, 2011b). O plano de ação divulgado possui três principais linhas. Estas estariam direcionadas à solução do problema da dívida da Grécia, ao fundo europeu de resgate e ao aumento da liquidez de bancos (CHIBBER, 2011).

Os bancos privados que possuem títulos da dívida da Grécia aceitaram perdas de 50% nos seus papéis, o equivalente a 100 bilhões de euros. Com esta medida espera-se uma redução de 120% na relação dívida-PIB da Grécia até 2020. Para chegar a este resultado houve necessidade de intervenção direta da chanceler alemã e do presidente francês, pois os bancos não estavam dispostos a terem perdas superiores a 40% (CHIBBER, 2011). Além disso, os países da zona do euro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) fornecerão mais 100 bilhões de euros ao país (ROMPUY, 2011).

Além da linha de ação sob a dívida grega, o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, que é o principal mecanismo da região para resgates de países e bancos, terá um enorme aumento. Dos atuais 440 bilhões de euros, a quantia iria para um trilhão de euros. Este dinheiro então poderia ser usado para oferecer ajuda a países como Espanha e Itália para lidar com seus problemas econômicos.

O Fundo de Resgate poderia ajudar em crises de duas diferentes formas. Uma delas seria agir como uma espécie de seguradora aos bancos que comprarem papéis de dívidas de países em risco de calote. Além disso, poderia criar um mecanismo especial de investimento em parceria com o FMI para atrair investidores estrangeiros privados e públicos e outros países, como Brasil e China (CHIBBER, 2011). Entretanto, os

detalhes dos mecanismos que gerariam aumento nos recursos do fundo seriam negociados somente em novembro (EURONEWS, 2011b).

O plano também agiria para aumentar a liquidez dos bancos. Existe uma necessidade de levantamento, por parte dos bancos europeus, de cerca de 106 bilhões de euros em dinheiro novo até junho de 2012. Esta divisão seria feita basicamente tendo os bancos gregos que levantar aproximadamente 30 bilhões, os espanhóis 26 bilhões, os italianos 15 bilhões, os franceses nove bilhões e os alemães cinco bilhões. Este dinheiro seria usado para aumentar a sustentabilidade do sistema bancário europeu. Esta medida agiria ajudando a protegê-los de eventuais perdas, no caso de, por exemplo, outros governos ameaçarem decretar a moratória das suas dívidas (CHIBBER, 2011).

É provável que o fato mais significativo neste novo plano econômico tenha sido o anúncio de que haverá um controle mais restrito no futuro sobre as contas dos países membros da zona do euro. Além disso, também haverá um sistema de impostos integrado e um novo modelo de governança, incluindo uma estrutura de liderança que acabará rivalizando com o mecanismo de tomadas de decisão de toda a União Europeia.

A implicação é que a zona do euro ficará mais parecida com um “super Estado”. Desta forma, países de fora da união monetária, como o Reino Unido, terão menos influência nas decisões econômicas da União Europeia (CHIBBER, 2011). Apesar de muitos analistas criticarem os líderes nos últimos meses por não tomarem medidas fortes e eficazes em relação à crise, o que realmente muitas vezes é dificultado por obstáculos internos e externos, o pacote do dia 26 de outubro foi um passo importantíssimo para resolver os problemas. A zona do euro adotou uma resposta confiável e ambiciosa à crise da dívida que trará alívio para todos (EURONEWS, 2011b). O acordo desde o início foi defendido e buscado pelo presidente francês e pela chanceler alemã, que usaram de prestígio político e força econômica para buscar uma solução. Os líderes das duas maiores forças europeias deram respostas suficientes para garantir o futuro da moeda única, com o alargamento do fundo de resgate, as medidas de recapitalização dos bancos e o corte de parte da dívida grega (EXAME EXPRESSOd, 2011). Porém, o único caminho correto para recuperar a confiança dos mercados nos países europeus são reformas a nível nacional, implementação de decisões já tomadas no nível da União Europeia e da zona do euro, e uma alteração dos tratados, para atualizá-los o mais rápido possível. O acordo demonstra o esforço dos líderes europeus e confirma que a Europa fará o que for preciso para proteger a estabilidade financeira e sua união (COMISSÃO EUROPEIA, 2011).

Conclusão

Ao desenvolvermos o artigo, pudemos perceber que a hipótese aqui proposta é coerente e verdadeira. Tendo em vista a análise das medidas tomadas, especialmente por França e Alemanha, e dos pacotes de ajuda aprovados pelos países membros da zona do euro, infere-se que nossa hipótese – a qual se fundamenta no princípio de que as instituições alteram o contexto de interação dos países, criando um ambiente de grande interdependência, onde os custos de não cooperar são altos e sendo assim, há uma maior probabilidade de resolução conjunta – foi corroborada.

A crise financeira e econômica de 2008 nos Estados Unidos implicou em um impacto negativo para todo o mundo, mas especialmente na Europa esta se instalou de forma desastrosa. Assim, os países europeus, especialmente os PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) que já possuíam déficits orçamentários elevados, tiveram sua situação econômica piorada. Ainda, ressaltamos que com o rebaixamento da economia grega para o nível CCC, ou seja, sendo classificada como vulnerável e frágil, os efeitos colaterais não foram limitados, prejudicando e agravando toda a situação do continente europeu.

Ainda, apoiado no âmbito da interdependência complexa, este artigo analisou as possíveis ações individuais que poderiam ser tomadas pelos países-membros, tendo em vista que nem sempre as diferenças dos Estados são superadas. Analisamos especialmente a Grécia e pudemos perceber que esta ao não cooperar e agir sozinha, saindo da União Europeia, por exemplo, tornaria a situação ainda mais problemática. Justamente pelo seu caráter institucional, a U.E gera uma relação de interdependência entre os membros. Uma ação individual e egoísta grega afetaria todos os países do bloco, especialmente os da zona do euro. O risco de contaminação para os outros membros com dificuldades financeiras é real e o risco de um calote e recessão generalizada também. Sendo assim, tanto os países fortes como os mais fracos sairiam prejudicados. No caso da Alemanha e da França, eles perderiam uma grande quantia em dinheiro, pois são os maiores credores da dívida grega e também os países que mais vêm se esforçando para resolver a situação.

As consequências negativas de uma ação individual por parte de qualquer membro do bloco – embora estejamos focando mais no caso grego, por ser no momento o país em situação de maior vulnerabilidade – ajuda a fortalecer nossa hipótese.

Justamente por serem muito ligados uns aos outros os custos de uma não cooperação são altos demais, dessa maneira, o interesse comum de fazer frente à crise de forma coordenada se sobressai. Ao analisarmos as atitudes e declarações dos países da zona do euro nos últimos meses pudemos perceber que os líderes europeus, especialmente Nicholas Sarkozy e Ângela Merkel, têm plena consciência dessa situação. Ambos vêm usando de toda credibilidade política e força econômica que possuem para tentarem solucionar os problemas da União Europeia de forma conjunta. Entretanto, é importante ressaltar que apesar das declarações dos líderes indicarem a intenção de cooperar é preciso considerar que há obstáculos domésticos e internacionais, que muitas vezes impedem ações políticas mais robustas por parte desses líderes. Mas tanto Merkel quanto Sarkozy desenvolveram arranjos de cooperação dentro do que lhes era possível em face desses constrangimentos internos e externos.

Para isso, desde o início da crise uma série de medidas vêm sendo tomadas, embora tenham se intensificado após o rebaixamento grego e o agravamento dos problemas fiscais. Podemos destacar como pontos mais importantes dessa série de medidas e pacotes que vêm sendo aprovados: o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, criado em nove de maio de 2010 com o objetivo de garantir assistência financeira aos países membros da União Europeia que utilizam a moeda única, e assim garantir a estabilidade e o crescimento na Europa. Como também o pacote aprovado em 26 de outubro de 2011 pelos países membros do bloco, que consiste em alargar o fundo de resgate, aumentando sua capacidade de fornecer empréstimos, implementando medidas de recapitalização dos bancos e realizando o corte de parte da dívida grega, em que os bancos aceitaram tomar um calote de 50% do valor. Esse acordo foi um passo importante na tentativa de resolver os problemas do bloco.

Essas medidas de ajuda, que foram aprovadas nos últimos meses especialmente, mostram que os países da União Europeia têm plena consciência que são mais fortes unidos, como um bloco, do que separados. A institucionalização do continente criou uma situação em que há maior provisão de informação, maior controle dos outros membros, estabelecimento de regras e padrões de comportamento que estabilizam expectativas, além da existência de interesses comuns, pois o contexto de interação é modificado pela instituição, que altera os *pay offs* das ações. Com isso, há uma grande interdependência entre os Estados-membros, o que torna os custos de não cooperar altíssimos e cria uma preferência por resolver as questões de forma coordenada, embora

isso nem sempre ocorra. Mas os pacotes de salvação são exemplos de como os países europeus vêm procurando agir na maioria dos casos: unidos e ajudando uns aos outros.

As perspectivas do nosso estudo são de que o artigo possa servir de fonte de pesquisa para outros acadêmicos, e também mostrar que, visto o nível de interdependência gerado a partir de instituições bem estruturadas, medidas individuais ou mal elaboradas podem resultar em consequências alarmantes, as quais podem ser prejudiciais para toda uma instituição. Este artigo, ainda, objetiva servir como uma forma de explicitar uma solução que tem sido nebulosa para grande parte da opinião da população não só europeia, como internacional. Defendemos a ideia de que não há necessidade de rompimento do bloco europeu, tendo em vista que tal fato seria terrivelmente prejudicial. Logo, reiteramos a necessidade de salvação do bloco por meio de consensos e acordos firmados em conjunto por parte dos Estados- membros da União Europeia.

Referências

AXELROD, R.; KEOHANE R. Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions. **World Politics**, v. 38, n. 1, p. 226-254, 1985.

BBC BRASIL. **Dívida grega é reduzida pela metade em acordo que tenta salvar euro, Brasília**, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111027_europa_acordo_dg.shtml>. Acesso em: 02 Nov. 2011.

BBC VIDEO. **Is the euro crumbling?**, 03 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-13991135>>. Acesso em: 10 Nov. 2011.

BENNETT, A. Case study methods: design, use, and comparative advantages. In: SPRINZ, D.F.; WOLINSKY-NAHMIA, Y. (Ed.) **Models, numbers, and cases: methods for studying International Relations**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004.

CHIBBER, K. **How might Greece leave the euro?** BBC News, 9 maio 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/business-15575751>>. Acesso em: 18 Nov. 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. **Conselho Europeu e Cimeira da Zona Euro**, 27 de Outubro de 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/president/news/archives/2011/10/index_pt.htm>. Acesso em: 29 Out. 2011.

DECLOEDT, C. **S&P rebaixa dívida de longo prazo da Grécia para CCC**. Estadão.com, 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,sp-rebaixa-divida-de-longo-prazo-da-grecia-para-ccc,71285,0.htm>>. Acesso em: 28 Out. 2011.

EURONEWS. **França e Alemanha unidas para defender o Euro**, 16 de Agosto de 2011a. Disponível em: <<http://pt.euronews.net/2011/08/16/franca-e-alemanha-unidas-para-defender-o-euro>>. Acesso em: 29 Out. 2011.

_____. **Processo de intenções da dupla franco-alemã**, 17 de Agosto de 2011b. Disponível em: <<http://pt.euronews.net/2011/08/17/processo-de-intences-da-dupla-franco-alema>>. Acesso em: 29 Out. 2011.

_____. **Sarkozy e Merkel prometem resposta à crise do euro até novembro**, 09 de Outubro de 2011c. Disponível em: <<http://pt.euronews.net/2011/10/09/sarkozy-e-merkel-prometem-resposta-a-crise-do-euro-ate-novembro>>. Acesso em: 10 Nov. 2011.

EXAME EXPRESSO. **Alemanha quer que Atenas siga exemplo português**, 7 de novembro de 2011a. Disponível em: <<http://aeiou.expresso.pt/alemanha-quer-que-atenas-siga-exemplo-portugues=f685971>>. Acesso em: 18 Nov. 2011.

_____. **Merkel rejeita referendo sobre o euro na Alemanha**, 9 de Novembro de 2011b. Disponível em: <<http://aeiou.expresso.pt/merkel-rejeita-referendo-sobre-o-euro-na-alemanha=f686440>>. Acesso em: 18 Nov. 2011.

_____. **Só unidos poderemos defender a nossa moeda, diz Merkel**, 14 de Novembro de 2011c. Disponível em: <<http://aeiou.expresso.pt/so-unidos-poderemos-defender-a-nossa-moeda-diz-merkel=f687569#ixzz1eMgpSooo>>. Acesso em: 18 Nov. 2011.

_____. **Merkel defende reformas para evitar contágio a França, Áustria ou Alemanha**, 16 de Novembro de 2011d. Disponível em: <<http://aeiou.expresso.pt/merkel-defende-reformas-para-evitar-contagio-a-franca-austria-ou-alemanha=f688152>>. Acesso em: 18 Nov. 2011.

FORBES. **Here's Why Greece Leaving The EU Could Cause Another Depression**, 9 de Junho de 2011. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/benzingainsights/2011/09/06/heres-why-greece-leaving-the-eu-could-cause-another-depression>>. Acesso em: 12 Nov. 2011.

FUNDO EUROPEU DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. Disponível em: <<http://www.efsf.europa.eu/about/index.htm>>. Acesso em: 12 Nov. 2011.

GLOBO NEWS. **Missão do BC Europeu e do FMI supervisiona contas da Grécia**, 27 de Outubro de 2011. Disponível em: <<http://globo.com/videos/v/missao-do-bc-europeu-e-do-fmi-supervisiona-contas-da-grecia/1646804/>>. Acesso em: 02 Nov. 2011.

KEOHANE, Robert. Cooperation and international regimes. In: _____. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MY FDL. **Greece will not leave the EU/Euro Referendum off table**, 13 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://my.firedoglake.com/papau/2011/11/03/greece-will-not-leave-the-euro-referendum-off-table/>>. Acesso em: 18 Nov. 2011.

PESTON, R. **Análise: O trabalho duro na zona do euro está só começando**. BBC Brasil, Brasília, 27 Out. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111027_artigo_zona_euro_mm.shtml>. Acesso em: 02 Nov. 2011.

PÚBLICO, **Sobrevivência da Europa depende da resposta à crise da dívida, diz Merkel**. 09 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://economia.publico.pt/Noticia/sobrevivencia-da-europa-depende-da-resposta-a-crise-da-divida-diz-merkel-1520204>>. Acesso em: 18 Nov. 2011.

ROUBINI. **Greece Outlook: Bailout Makes Everything Worse**, 7 de Novembro de 2011a. Disponível em: <<http://www.roubini.com/analysis/167408.php>>. Acesso em: 12 Nov. 2011.

_____. **Greece Outlook: Bailout Makes Everything Worse**, 21 de Outubro de 2011b. Disponível em: <<http://www.roubini.com/analysis/164753.php>>. Acesso em: 12 Nov. 2011.

TERRA. **Alemanha: cúpula gerou boa resposta à crise, mas é preciso mais**, 27 de Outubro de 2011. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idnoticia=201110271734_RTR_1319735120nE5E7L404Z>. Acesso em: 02 Nov. 2011.

THE A-LIST. **Why Italy's days in the euro zone may be numbered**. Disponível em: <<http://blogs.ft.com/the-a-list/2011/11/10/why-italys-days-in-the-eurozone-may-be-numbered/#axzz1aNx7prnI>>. Acesso em: 03 Nov. 2011.

THE ECONOMIC TIMES. **Recession 2011: Europe crisis revives 2008 fears but risks are less**, 06 de Agosto de 2011. Disponível em: <<http://economictimes.indiatimes.com/news/international-business/recession-2011-europe-crisis-revives-2008-fears-but-risks-are-less/articleshow/9505323.cms?curpg=2>>. Acesso em: 03 Nov. 2011.

THE MOTLEY FOOL. **Greece is the Word, sending sharemarkets tumbling again**, 9 de Novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.fool.com.au/2011/11/investing/greece-is-the-word-sending-sharemarket-tumbling-again/>>. Acesso em 02 Nov. 2011.

UNIÃO EUROPEIA. Disponível em: <http://europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 29 Out. 2011.

VEJA.com. **Crise na Europa**, maio de 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/perguntas-respostas/crise-europa.shtml>>. Acesso em: 29 Out. 2011.

VOZ DA RÚSSIA. **Encontro de cúpula da UE começou em Bruxelas**, 27 de Outubro de 2011. Disponível em: <<http://portuguese.ruvr.ru/2011/10/27/59422620.html>>. Acesso em: 12 Nov. 2011.